

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 707/ XIV

Recomenda ao Governo que averigue, com carácter de urgência, as necessidades dos hospitais públicos em termos de recursos humanos e que accione, o mais rápido possível, um plano com vista ao suprimento das mesmas

### Exposição de motivos

No final da última semana de setembro, o Serviço de Urgência de Obstetrícia-Ginecologia do Hospital Amadora-Sintra esteve encerrado devido à escassez de recursos humanos que colocaram em causa um atendimento capaz e responsável às utentes.

Esta não é a primeira vez que a urgência hospitalar de uma especialidade médica é encerrada durante a noite por falta de médicos, enfermeiros e restante pessoal operacional. Este é o retrato do estado da Saúde em Portugal: serviços que encerram por falta de especialistas e um crescente número de portugueses que se encontram sem médico de família, número esse que, neste momento, se aproxima de um milhão de utentes.

Sobre este tema convém recordar que, em 2016, o primeiro-ministro prometeu, explicitamente, que todos os portugueses teriam médico de família até ao final do ano de 2017. Ora, volvidos quatro anos sobre essa promessa, não só a mesma não foi cumprida, como o número de portugueses sem médico de família aumentou substancialmente.

Mas regressando ao Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, vulgarmente conhecido como Hospital Amadora-Sintra, esta é uma unidade hospitalar que tem à sua responsabilidade mais de 550 mil utentes. É preciso não esquecer que o concelho de Sintra é o segundo mais populoso do país (logo a seguir a Lisboa) e, no entanto, o Estado não garante a aplicação de meios humanos em número suficiente para fazer face às necessidades da população à qual se dirige.

A decisão de encerrar o serviço de urgência supracitado revela uma total ausência de coordenação e de planeamento dos responsáveis, o que obrigou várias grávidas a serem transferidas para outros hospitais o que, por sua vez, levou ao quase colapso do serviço homólogo do Hospital Santa Maria, em Lisboa.

As grávidas dos concelhos de Amadora e de Sintra foram também reencaminhadas para o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central (Maternidade Dr. Alfredo da Costa), para o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental (Hospital São Francisco Xavier) e também para o Hospital de Cascais.

Pese embora se trate de uma solução que permite a estas grávidas um atendimento em caso de urgência, é também uma solução que apresenta diversos riscos, pois acaba por contribuir para a

sobrecarga de pacientes nos hospitais receptoras o que, mais uma vez, acaba por prejudicar o adequado atendimento às grávidas e aos recém-nascidos transferidos, mas também aos que já se encontravam nas unidades médicas que foram receptoras.

Este é o reflexo da postura que as entidades de saúde neste país têm, mas que não deveriam ter, o que realmente importa é que seja atempadamente acautelado um número suficiente de profissionais que assegurem o normal funcionamento das instituições hospitalares. Os portugueses não podem estar à mercê de uma total ausência de planeamento do quadro de recursos humanos e também materiais.

Os portugueses pagam os seus (elevados) impostos e, por isso, exigem, com todo o direito que lhes é reconhecido, serviços públicos que reúnam todas as condições materiais e humanas para um atendimento digno.

Assim, ao abrigo dos procedimentos e disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia da República reunida em plenário, recomenda ao Governo que:

- Tendo em consideração que este não foi o primeiro episódio de um serviço de urgência que encerrou por falta de profissionais, o Ministério da Saúde averigue com carácter de urgência quais as carências e necessidades em termos de meios humanos de todos os hospitais do país
- Após constadas as supracitadas carências e necessidades, accione de imediato um plano com vista ao suprimento das mesmas.

S. Bento, 1 de outubro de 2020

O Deputado  
André Ventura